

Carlos Roberto Gonçalves

Mestre em Direito Civil pela PUCSP.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Membro da Academia Brasileira de Direito Civil.

RESPONSABILIDADE CIVIL

16ª edição

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
 CEP 05413-909
 PABX: (11) 3613 3000
 SAC: 0800 011 7875
 De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Cunha
Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues
Editoria de conteúdo Eveline Gonçalves Denardi
Assistência editorial Bruno Gimenez Booni

Coordenação geral Clarissa Boraschi Maria
Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e
 Ana Cristina Garcia (coords.)
 Maria de Lourdes Appos

Arte e diagramação Aldo Moutinho de Azevedo
Revisão de provas Amélia Kassis Ward e
 Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)
 Rita de Cassia S. Pereira
 Willians Calozans de Vasconcelas de Melo

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva
 Kelli Priscila Pinto
 Surane Vellenich

Capa Andrea Vilela de Almeida
Foto Friedrich Cantor/Photonica

Produção gráfica Marti Rampim
Impressão Intergraf Ind. Gráfica Eireli.
Acabamento Intergraf Ind. Gráfica Eireli.

ISBN 978-85-02-62475-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gonçalves, Carlos Roberto

Responsabilidade civil / Carlos Roberto Gonçalves. — 16.
 ed. — São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Responsabilidade (Direito) 2. Responsabilidade
 (Direito) - Jurisprudência - Brasil I. Título.

14-13338

CDU-347.51

Índice para catálogo sistemático:

1. Responsabilidade civil: Direito civil 347.51

Data de fechamento da edição: 2-3-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida
 por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da
 Editora Saraiva.
 A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na
 Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

177.639.016.001

968322

| ÍNDICE

<i>Prefácio à 7ª edição</i>	7
<i>Prefácio à 6ª edição</i>	9
<i>Prefácio à 5ª edição</i>	11

| Livro I

Ideias Gerais sobre a Responsabilidade Civil |

1. Introdução	45
2. A responsabilidade civil nos primeiros tempos e seu desenvolvimento	47
3. Culpa e responsabilidade	50
4. Imputabilidade e capacidade	52
4.1. A responsabilidade dos amentais	52
4.2. A responsabilidade dos menores	56
5. Responsabilidade civil e responsabilidade penal	57
6. Responsabilidade subjetiva e responsabilidade objetiva	59
7. Responsabilidade contratual e extracontratual	62
8. Responsabilidade extracontratual por atos ilícitos e lícitos (fundada no risco e decorrente de fatos permitidos por lei)	64
9. Responsabilidade nas relações de consumo	65
10. Pressupostos da responsabilidade civil	66

| Livro II

Elementos Essenciais da Responsabilidade Civil |

TÍTULO I

Ação ou Omissão do Agente

CAPÍTULO I

Responsabilidade Extracontratual

Seção I

Responsabilidade por ato próprio

1. Ação ou omissão: infração a um dever	70
---	----

2. Ato praticado contra a honra da mulher	71
3. Calúnia, difamação e injúria	72
3.1. Ofensa divulgada pelos meios de comunicação (rádio, jornal, televisão etc.)	74
3.2. Ofensa moral em programa de rádio	76
3.3. Fato ocorrido em programa de televisão	76
3.4. Danos morais e materiais decorrentes de publicação jornalística	76
3.5. Legitimidade passiva da empresa jornalística	77
3.6. Veiculação de notícia verdadeira	77
3.7. Republicação de fotografia humilhante, para fins publicitários	77
3.8. Publicação ostensiva tachando policial, posteriormente inocentado, de ladrão	77
3.9. Divulgação pela imprensa de fatos constantes de inquérito policial	78
3.10. Troca de acusações pela imprensa	78
4. Demanda de pagamento de dívida não vencida ou já paga	78
4.1. Cobrança excessiva, mas de boa-fé	80
4.2. Protesto indevido de título	81
5. Responsabilidade decorrente do abuso do direito.....	81
6. Responsabilidade decorrente do rompimento de noivado	84
6.1. Rompimento de noivado com casamento já agendado.....	88
6.2. Rompimento de noivado com convites para o casamento já distribuídos, estando a noiva grávida.....	89
6.3. Rompimento injustificado pelo réu, casando-se imediatamente com outra.....	89
6.4. Rompimento de noivado em circunstâncias injuriosas à honra da mulher.....	89
6.5. Improcedência da ação de indenização por rompimento de noivado.....	89
6.6. Rompimento de namoro. Descabimento de indenização por danos morais e materiais.....	90
7. Responsabilidade decorrente da ruptura de concubinato e de união estável	90
8. Responsabilidade civil entre cônjuges.....	99
8.1. Ações de divórcio e de indenização: independentes, mas podem ser cumuladas.....	102
8.2. Esposa que pratica adultério e registra filho extraconjugal em nome do marido.....	102
8.3. Inexistência da obrigação de indenizar por parte do cúmplice no adultério.....	103
8.4. Adultério e responsabilidade civil	103

9. Responsabilidade civil por dano ecológico (ambiental).....	104
9.1. O direito ambiental	104
9.2. A responsabilidade civil por dano ecológico.....	105
9.3. A responsabilidade objetiva do poluidor e as excludentes do caso fortuito ou da força maior.....	107
9.4. Os instrumentos de tutela jurisdicional dos interesses difusos.....	108
9.5. A reparação do dano ambiental	110
9.5.1. Dano causado por desmatamento de mata natural Atlântica em propriedade particular	112
9.5.2. Preexistência de elemento poluidor no local.....	112
9.5.3. Danos causados por deslizamento de morro em virtude das chuvas.....	112
9.5.4. Ação civil pública proposta pelo Ministério Público	113
9.5.5. Dano ao meio ambiente provocado por depósito de lixo	113
9.5.6. Pedido de transferência de instalações de empresa poluidora.....	113
9.5.7. Comércio de aves silvestres.....	114
9.5.8. Denúnciação da lide	114
9.5.9. Ausência dos requisitos para a concessão de medida liminar	114
9.5.10. Extermínio de aves de pequeno porte.....	114
9.5.11. Ação civil pública: competência e solidariedade passiva.....	114
9.5.12. Poluição industrial.....	114
9.5.13. Lançamento de produtos tóxicos em rio	115
9.5.14. Rompimento de duto.....	115
10. Responsabilidade civil por dano atômico	115
11. Violação do direito à própria imagem	117
11.1. Publicação ou uso de fotografia, não autorizados	120
11.2. Imagem veiculada em programa de televisão.....	120
11.3. Uso comercial, não autorizado, de fotografia.....	121
11.4. Reprodução desautorizada de fotografia, sem, porém, ofensa à imagem	122
11.5. Exposição de defeitos físicos de entrevistado, contra a sua vontade.....	122
11.6. Publicação de notícia ofensiva à imagem, porém de interesse público.....	122
12. A AIDS e a responsabilidade civil.....	122
12.1. Responsabilidade do hospital em virtude de morte causada por transfusão de sangue contaminado.....	124
12.2. Responsabilidade civil do Estado	125
12.3. Inexistência do nexo de causalidade.....	125
12.4. Auxiliar de enfermagem que alega ter sido contaminado pelo vírus da AIDS	125

12.5. Não contratação de candidato a emprego considerado “apto” em processo seletivo.....	125
12.6. Resultado falso de exame realizado por laboratório.....	125
12.7. Invasão de privacidade.....	126
13. Responsabilidade civil na Internet.....	126
13.1. O comércio eletrônico	126
13.2. A responsabilidade civil	127
13.3. O Marco Civil da Internet.....	130
13.4. Ofensa aos direitos autorais na divulgação de obra pela Internet.....	132
13.5. Validade de certidão negativa, para fins de inventário, obtida por meio da Internet.....	132
13.6. Bloqueio dos <i>sites</i> , com prejuízo concreto à parte contrária. Inadmissibilidade.....	133
13.7. Tutela antecipada para sustar o uso de nome de domínio na Internet.....	133
13.8. Tutela antecipada para suspender os efeitos de registro de nome empresarial na Internet	133
13.9. Dano moral provocado por mensagens ofensivas da honra divulgadas na Internet.....	133
13.10. Comentários difamatórios no Facebook.....	133
13.11. Google não é responsável por notícias exibidas em busca.....	134
14. Responsabilidade civil no esporte profissional e nas atividades de lazer	134
14.1. Álbum de figurinhas comercializado sem autorização do jogador. Exploração indevida da imagem.....	136
14.2. Utilização da imagem do atleta, sem autorização	137
14.3. Dano sofrido por jogador durante partida futebolística.....	137
14.4. Morte de atleta durante atividade esportiva.....	137
14.5. Horas extras: não devidas pelo período de concentração do jogador de futebol	137
14.6. Liberação do passe do atleta em virtude de mora salarial	137
14.7. Reparação de danos sofridos pelo torcedor	138
14.8. Responsabilidade das academias de ginástica.....	138

Seção II

Responsabilidade por ato ou fato de terceiro

1. Disposições gerais. Presunção de culpa.....	141
2. A responsabilidade solidária das pessoas designadas no art. 932 do Código Civil	144
2.1. Responsabilidade solidária do anestesista e do cirurgião-chefe, quando houver relação de subordinação	145

2.2.	Responsabilidade solidária do pai pelos filhos menores	145
2.3.	Responsabilidade solidária do preponente por ato do preposto	145
3.	Responsabilidade dos pais	145
3.1.	Cumulação de responsabilidade paterna com a responsabilidade de terceiros	148
3.2.	Emancipação concedida pelos pais	148
3.3.	Ilegitimidade passiva do genitor que não tem a guarda do filho	149
3.4.	Ilegitimidade passiva dos pais, quando terceiro é responsável pelo menor.....	151
3.5.	Responsabilidade por ato de filho maior	151
3.6.	Responsabilidade solidária dos pais e de terceiro	152
3.7.	Afastamento da responsabilidade do genitor que não detinha a guarda de filho menor.....	152
3.8.	Responsabilidade dos pais por ato ilícito praticado pelo filho menor.....	152
3.9.	Necessidade da demonstração de culpa do menor, para a configuração da responsabilidade dos pais.....	152
3.10.	Menor atingido por tiro de revólver disparado por outro menor.....	153
4.	Responsabilidade dos tutores e curadores	153
5.	Responsabilidade dos empregadores ou comitentes pelos atos dos empregados, serviços e prepostos.....	154
5.1.	Conceito de empregado, serviço e preposto	154
5.2.	Responsabilidade presumida, <i>juris et de jure</i>	155
5.3.	Requisitos para a configuração da responsabilidade do empregador ou comitente	157
5.4.	Responsabilidade do condomínio por ato de preposto	160
5.5.	Sentença penal condenatória do empregado.....	160
5.6.	Responsabilidade do preponente por ato de seu preposto	160
5.7.	Responsabilidade do <i>shopping center</i> por crime praticado por empregado fora do horário de trabalho	160
5.8.	Solidariedade passiva entre os causadores do dano.....	161
5.9.	Responsabilidade do hospital por erro médico de seu preposto.....	161
5.10.	Responsabilidade de empresa de assistência médica por ato cometido por médico credenciado.....	161
5.11.	Responsabilidade da empresa terceirizada e da contratante.....	161
5.12.	Responsabilidade do dono, ainda que o preposto não estivesse autorizado a dirigir o veículo.....	162
5.13.	Responsabilidade do dono, mesmo quando o veículo tenha sido usado pelo preposto sem autorização e fora do horário de trabalho	162
5.14.	Acidente de trânsito causado pelo empregado, com danos aos que viajavam de carona.....	163

5.15. Denúncia da lide ao empregado. Inadmissibilidade.....	163
5.16. Empregado que não é motorista da empresa, mas mero funcionário do setor de empacotamento	163
5.17. Responsabilidade de frota de táxi por roubo de passageiro praticado pelo motorista	164
5.18. Responsabilidade da pessoa jurídica	164
6. Responsabilidade dos educadores.....	164
6.1. A responsabilidade das escolas públicas	167
6.2. Ação regressiva do estabelecimento de ensino contra os pais dos alunos.....	168
6.3. A prática de <i>bullying</i> nas escolas: responsabilidade do educador ou dos pais?	168
6.4. Responsabilidade do educador por educando maior de idade.....	170
7. Responsabilidade dos hoteleiros e estalajadeiros	171
8. Responsabilidade dos que participaram no produto do crime	173
9. Responsabilidade dos farmacêuticos	173
9.1. Responsabilidade civil por danos causados por remédios.....	174
9.2. Responsabilidade no fornecimento de medicamentos genéricos	175
10. Responsabilidade civil dos empresários individuais e das empresas pelos produtos postos em circulação.....	176
11. Responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público.....	177
11.1. Evolução: da fase da irresponsabilidade à da responsabilidade objetiva	177
11.2. Responsabilidade civil da Administração Pública na Constituição de 1988	181
11.2.1. Jurisprudência sobre a responsabilidade das concessionárias de serviço público	184
11.2.2. Jurisprudência sobre a responsabilidade das permissionárias de serviço público	184
11.3. Responsabilidade civil do Estado pelos atos omissivos de seus agentes.....	185
11.3.1. Morte de filho menor em creche municipal	190
11.3.2. Buracos na via pública, sem a devida sinalização.....	190
11.3.3. Tentativa de assalto a usuários do metrô, com morte.....	190
11.3.4. Danos provocados por enchentes e escoamento de águas pluviais	191
11.3.5. Morte de detento, na prisão	191
11.3.6. Insuficiência de iluminação pública no local do sinistro	192
11.3.7. Furto de veículo em logradouro público. Estacionamento	192

11.3.8. Veículo vistoriado apreendido posteriormente por ser objeto de furto	192
11.3.9. Dano causado por presidiário foragido da prisão.....	192
11.3.10. Danos ocasionados por instituição financeira.....	193
11.3.11. Invasão de propriedade particular por integrantes do MST	193
11.3.12. Morte de menor, em comemoração promovida por delinquentes	193
11.3.13. Servidor baleado em Fórum	193
11.3.14. Professora agredida fisicamente por aluno	193
11.4. Sujeitos passivos da ação: Estado e funcionário.....	194
11.5. Denúnciação da lide ao funcionário ou agente público.....	196
11.6. Responsabilidade civil do Estado em acidentes de veículos	200
11.7. Culpa do funcionário, culpa anônima, deficiência ou falha do serviço público	202
11.7.1. Incêndio em casa de <i>shows</i>	202
11.7.2. Preso colocado em regime semiaberto que volta a delinquir.....	202
11.7.3. Defeito de semáforo	202
11.7.4. Falta de sinalização em pista rodoviária	202
11.7.5. Perdas e danos resultantes de enchentes	203
11.7.6. Veículo atingido por ponte ruída	203
11.7.7. Queda de árvore sobre veículo estacionado na via pública.....	203
11.7.8. Responsabilidade solidária do Estado e de empreiteira	203
11.7.9. Cassação de alvará de licença	203
11.7.10. Bueiro indevidamente destampado	203
11.7.11. Irregular expedição de títulos de propriedade	204
11.7.12. Abuso de autoridade.....	204
11.7.13. Homicídio praticado por policial militar, contratado para zelar pela segurança de festa de casamento	204
11.7.14. Dano causado por disparo de arma de fogo de policial em tumulto público.....	204
11.7.15. Violência sexual sofrida por enferma no hospital psiquiátrico em que estava internada.....	205
11.7.16. Desistência de desapropriação	205
11.8. Dano resultante de força maior.....	205
11.8.1. Danos causados por enchentes. Força maior.....	205
11.8.2. Queda de árvore sobre veículo estacionado na via pública. Vendaval. Força maior.....	206
11.8.3. Desmoronamento de aterro	206
11.9. Culpa da vítima.....	206

11.9.1. Culpa da vítima. Teoria do risco administrativo	206
11.9.2. Morte em tiroteio com a polícia, iniciado pela vítima	206
11.9.3. Culpa concorrente da vítima. Redução da indenização	206
11.9.4. Travessia de avenida sem se utilizar da passarela para pedestre. Culpa exclusiva da vítima	207
11.10. Atividade regular do Estado, mas causadora de dano.....	207
11.10.1. Vítima de bala perdida	207
11.10.2. Danos causados por obra pública.....	207
11.10.3. Lesão sofrida por aluno em aula de educação física.....	208
11.10.4. Vítima fatal de bala perdida, atingida enquanto assistia a um jogo de futebol em estádio público	208
11.10.5. Dano causado por tombamento de imóvel	208
11.11. Responsabilidade do Estado por atos predatórios de terceiros e movi- mentos multitudinários	209
11.11.1. Atos depredatórios praticados pela multidão enfurecida	210
11.11.2. Depredação. Danos causados à propriedade privada	210
11.11.3. Responsabilidade civil do Estado, desde que provada a sua omissão.....	211
11.11.4. Atuação ineficiente da polícia.....	211
11.12. Responsabilidade civil do Estado decorrente de bala perdida.....	211
11.13. Responsabilidade do Estado por atos judiciais.....	214
11.13.1. Atos judiciais em geral.....	214
11.13.2. Erro judiciário	217
11.13.3. Ação direta contra o juiz	220
11.13.4. Responsabilidade civil do promotor de justiça	221
11.13.5. Prisão provisória. Absolvição posterior	222
11.13.6. Réu preso preventivamente e absolvido por insuficiência de provas	222
11.13.7. Excesso de prisão	222
11.13.8. Erro judiciário. Prisão indevida.....	223
11.13.9. Peticionário que, usando vários nomes, contribuiu para a con- fusão havida e da qual resultou sua prisão	223
11.13.10. Requisição de abertura de inquérito policial	224
11.13.11. Remessa de cópias de processo ao Ministério Público	224
11.13.12. Condenação em lugar de outrem. Confusão com outra pessoa.....	224
11.13.13. Réu absolvido em processo-crime por não terem sido bem evi- denciadas as circunstâncias em que ocorreram os fatos.....	224
11.13.14. Responsabilidade civil do juiz.....	225
11.13.15. Erro judiciário. Indenização por danos materiais e morais	225

11.13.16. Responsabilidade civil do Estado em razão da morosidade judicial – Indenização indevida.....	226
11.14. Responsabilidade do Estado por atos legislativos	226
11.14.1. Danos causados por lei inconstitucional	226
11.14.2. Dano causado por lei constitucionalmente perfeita	226
11.14.3. Imunidade parlamentar.....	228
11.14.4. Deputado estadual. Ato praticado no exercício do mandato	229
11.14.5. Vereador. Ato praticado no exercício do mandato.....	229
11.14.6. Deputado federal licenciado e no exercício das funções de Mi- nistro de Estado. Inviolabilidade.....	230
12. A ação regressiva daquele que paga a indenização, contra o causador do dano.....	230

Seção III

Responsabilidade pelo fato da coisa

1. Da responsabilidade na guarda da coisa inanimada: origem, evolução e aplicação no direito brasileiro.....	234
1.1. Responsabilidade do dono do veículo que o empresta a terceiro	238
1.2. Danos causados por queda de árvore.....	238
1.3. Danos causados em via pública por instalações de concessionária de serviços elétricos	238
1.4. Uso indevido de automóvel por faxineiro de condomínio.....	239
1.5. Incêndio ocasionado em propriedade vizinha. Responsabilidade do proprietário	239
1.6. Acidente em <i>test-drive</i> – Risco da concessionária	239
2. Responsabilidade pela ruína do edifício	239
2.1. Deslizamento de área pertencente ao réu	241
2.2. Queda de elevador	241
2.3. Queda de veneziana de unidade condominial sobre veículo estacio- nado	242
2.4. Desabamento de prédio	242
2.5. Danos decorrentes de construção. Responsabilidade objetiva	242
2.6. Queda de muro	242
3. Responsabilidade resultante de coisas líquidas e sólidas (<i>effusis e dejectis</i>) que caírem em lugar indevido.....	242
3.1. Bomba lançada de apartamento, durante festejos.....	246
3.2. Objeto caído de obra em construção	246
3.3. Queda de árvore em logradouro público	246
3.4. Arremesso de objeto sobre prédio vizinho. Impossibilidade para cer- tos condôminos.....	246

3.5. Ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> do proprietário	247
3.6. Veículo atingido por peça que se desprende de ônibus	247
4. Privação da guarda e responsabilidade	247
5. Responsabilidade decorrente do exercício de atividade perigosa.....	250
6. Responsabilidade em caso de arrendamento e de parceria rural	256
7. Responsabilidade das empresas locadoras de veículos.....	257
8. Responsabilidade em caso de arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	258
9. Responsabilidade em caso de alienação fiduciária	261

Seção IV

Responsabilidade pelo fato ou guarda de animais

1. A responsabilidade objetiva do art. 936 do Código Civil.....	262
2. As excludentes admitidas e a inversão do ônus da prova	264
3. Danos causados por mordida de cão feroz	265
4. Animal em rodovia	266
5. Invasão de propriedade por gado	268

CAPÍTULO II

Responsabilidade Contratual

Seção I

A responsabilidade decorrente dos transportes

1. O contrato de adesão.....	269
2. Responsabilidade civil dos transportadores.....	270
2.1. Contrato de transporte – Disposições gerais	271
2.2. O transporte de pessoas	272
2.2.1. O transporte terrestre.....	275
2.2.1.1. Transporte ferroviário	281
2.2.1.1.1. Queda de trem. “Surfismo ferroviário”.....	281
2.2.1.1.2. Viagem no estribo. Indenização.....	281
2.2.1.1.3. “Pingente” acidentado. Indenização	281
2.2.1.1.4. Queda do passageiro ao saltar do trem ainda em movimento	282
2.2.1.1.5. Acidente ocasionado por falha no sistema do transportador	282
2.2.1.1.6. Queda da plataforma em razão de tumulto causado pela multidão	282
2.2.1.1.7. Movimentação do trem com porta aberta	283
2.2.1.1.8. Transporte de passageiro. Cláusula de incolumidade.....	283
2.2.1.1.9. Fato de terceiro estranho ao transporte.....	283
2.2.1.1.10. Responsabilidade objetiva do transportador	283

2.2.1.1.11. Perda parcial da carga transportada por mais de uma ferrovia.....	283
2.2.1.1.12. Abalroamento de veículo em via férrea. Culpa concorrente	284
2.2.1.1.13. Atropelamento de pedestre ao atravessar o leito da ferrovia	284
2.2.1.1.14. Beneficiários da vítima que ingressam com ações distintas. Admissibilidade.....	284
2.2.1.1.15. Passageiro de trem prensado pela porta do vagão ao nele pretender ingressar.....	284
2.2.1.2. Transporte em ônibus.....	285
2.2.1.2.1. Responsabilidade objetiva da empresa de transportes	285
2.2.1.2.2. Colisão envolvendo dois veículos. Fato de terceiro.....	285
2.2.1.2.3. Passageira importunada no interior de ônibus. Responsabilidade da transportadora. Dano moral.....	285
2.2.1.2.4. Desaparecimento, no interior de ônibus, de pasta pertencente ao passageiro	285
2.2.1.2.5. Explosão de pacote contendo artefatos pirotécnicos dentro de ônibus. Responsabilidade da transportadora.....	285
2.2.1.2.6. Ônibus de excursão. Morte de passageiro.....	286
2.2.1.2.7. Acidente de trânsito. Culpa exclusiva da vítima.....	286
2.2.1.2.8. Abertura de porta com o ônibus ainda em movimento.....	286
2.2.1.2.9. Acidente. Solavanco do veículo. Indenização devida.....	286
2.2.1.2.10. Passageiro de ônibus enlouquecido. Agressão ao motorista	286
2.2.1.2.11. Fato de terceiro equiparado a caso fortuito.....	287
2.2.1.2.12. Incêndio do veículo. Danos ao passageiro.....	287
2.2.1.2.13. Indenização. Responsabilidade objetiva. Necessidade da prova do dano.....	287
2.2.1.2.14. Ônibus incendiado por vândalos. Queda de passageira	287
2.2.1.3. Transporte rodoviário.....	287
2.2.1.3.1. Transporte de mercadoria. Roubo de carga durante o trajeto do veículo.....	287
2.2.1.3.2. Mercadoria avariada durante o transporte.....	288
2.2.1.3.3. Mercadoria extraviada.....	288
2.2.1.3.4. Mercadoria furtada.....	288
2.2.1.3.5. Mercadoria roubada de veículo estacionado à noite em via pública.....	288
2.2.1.3.6. Transporte de caixa não lacrada. Entrega aberta, com danos na mercadoria nela contida.....	288

2.2.1.3.7. Malote bancário. Indenização devida em caso de assalto....	289
2.2.2. O transporte aéreo	289
2.2.2.1. Extravio de bagagem.....	292
2.2.2.2. Extravio de mercadoria	293
2.2.2.3. Atraso de voo	294
2.2.2.4. Antecipação de voo sem comunicação aos passageiros.....	295
2.2.2.5. Voo internacional fretado. Indenização por má prestação de serviços.....	295
2.2.2.6. Substituição de passagem de classe executiva por classe econômica de outra companhia aérea.....	295
2.2.2.7. <i>Overbooking</i> . Dano moral.....	295
2.2.2.8. Apuração das causas em acidente. Não fluência do prazo prescricional.....	295
2.2.2.9. Culpa grave da companhia aérea caracterizada.....	296
2.2.2.10. Serviço de entrega rápida. Entrega não efetuada no prazo contratado.....	296
2.2.2.11. Transporte sucessivo. Responsabilidade solidária da empresa brasileira.....	296
2.2.3. O transporte marítimo	296
2.2.3.1. Extravio de mercadoria	299
2.2.3.2. Mercadoria avariada.....	300
2.2.3.3. Competência. Foro de eleição.....	300
2.2.3.4. Cláusula limitativa de responsabilidade.....	300
2.2.3.5. Vistoria a destempo. Não responsabilidade da transportadora ...	301
2.2.3.6. Desnecessidade de protesto e vistoria.....	301
2.3. O transporte de bagagem	301
2.4. O Código de Defesa do Consumidor e sua repercussão na responsabilidade civil do transportador	302
2.4.1. O fortuito e a força maior.....	303
2.4.2. Transporte aéreo e indenização tarifada.....	305
2.5. O transporte de coisas.....	309
2.6. O transporte gratuito.....	310
2.7. A prescrição da pretensão indenizatória.....	315

Seção II

A responsabilidade civil dos estabelecimentos bancários

1. Natureza jurídica do depósito bancário	317
2. Responsabilidade pelo pagamento de cheque falso.....	318
3. Pagamento com cartões de crédito e saques em caixas eletrônicos e pela Internet.....	322

4. Responsabilidade dos bancos pelo roubo de bens depositados em seus cofres.....	326
5. A responsabilidade dos bancos em face do Código de Defesa do Consumidor.....	330
6. Transferência de numerário para conta de terceiro e saque por terceiro, não autorizados pelo correntista.....	332
7. Abertura de conta corrente com documento falso.....	333
8. Lançamento indevido de débito em conta corrente.....	334
9. Indenização por dano moral devida a funcionário usado como refém.....	334
10. Porta giratória. Travamento. Dano moral.....	334
11. Cheque extraviado por culpa do banco.....	335
12. Pagamento de cheque pelo banco após o recebimento de contraordem.....	335
13. Extravio de título entregue para cobrança.....	336
14. Banco. Participação de prepostos da agência na prática do ato ilícito.....	336
15. Contabilização irregular de aplicação em <i>open market</i>	337
16. Abertura de conta corrente sem autorização de correntista. Desvalorização da moeda.....	337
17. Cheque transferido mediante endosso falso.....	337
18. Culpa concorrente: obrigação do banco de indenizar cliente autor de operações ilegais.....	337
19. Responsabilidade dos bancos pela segurança dos clientes.....	337

Seção III

A responsabilidade dos médicos, cirurgiões plásticos e cirurgiões-dentistas

1. A responsabilidade dos médicos.....	341
2. Responsabilidade pela perda de uma chance.....	345
3. O tratamento médico de risco.....	347
4. Transfusão de sangue em paciente cuja convicção filosófica ou religiosa não a admite.....	348
5. A responsabilidade do anestesista.....	348
6. Erro médico: erro profissional, erro de diagnóstico, iatrogenia.....	350
7. A responsabilidade dos cirurgiões plásticos.....	350
8. A responsabilidade dos médicos, hospitais, laboratórios e planos de saúde em face do Código de Defesa do Consumidor.....	353
9. A responsabilidade dos cirurgiões-dentistas e dos médicos veterinários.....	355
10. A responsabilidade dos hospitais, na jurisprudência.....	356
10.1. Falha de serviço.....	356
10.2. Negligência médica. Ferimento malcuidado.....	357
10.3. Hospital municipal. Legitimidade passiva.....	357

10.4. Marido da vítima que contraiu novas núpcias. Legitimidade ativa	357
10.5. Negligência do hospital. Inexistência de provas de que empreendeu buscas à localização dos parentes do morto	357
10.6. Infecção hospitalar.....	357
10.7. Morte de paciente após empreender fuga. Culpa não caracterizada.....	358
10.8. Suicídio de paciente. Responsabilidade do hospital.....	358
10.9. Recusa do hospital em receber paciente	358
10.10. Remoção de paciente para outro hospital por meio inadequado	359
10.11. Subtração de recém-nascido. Culpa <i>in vigilando</i> caracterizada	359
10.12. Falha de hospital no tratamento de recém-nascido.....	359
10.13. Hospital público – Erro médico – Prescrição quinquenal	359
11. Intervenção cirúrgica – Jurisprudência.....	359
11.1. Equipe médica que esquece agulha de sutura no organismo do paciente	359
11.2. Profissional que desconsidera quadro clínico anormal de paciente	359
11.3. Insucesso em intervenção cirúrgica. Inexistência de prova de conduta culposa.....	360
11.4. Cirurgia realizada com imprudência	360
11.5. Indenização – Cirurgia de vasectomia.....	360
12. Erro de diagnóstico – Jurisprudência.....	360
12.1. Dois exames endoscópicos com diagnósticos totalmente diferentes	360
12.2. Evolução do mal, com perda parcial da visão	360
13. Ministração de medicamentos – Jurisprudência.....	361
13.1. Obrigação de meio e não de resultado.....	361
13.2. Aplicação de droga básica. Culpa não comprovada	361
13.3. Choque alérgico provocado pela aplicação de injeção de analgésico.....	361
14. Danos causados por anestesia – Jurisprudência.....	361
14.1. Choque resultante do uso de anestésico de alto risco.....	361
14.2. Cirurgião e anestesista. Atos destacáveis.....	362
15. Cirurgia plástica. Danos materiais e morais – Jurisprudência.....	362
15.1. Cirurgia estética. Obrigação de resultado.....	362
15.2. Cirurgia estética com resultado diverso do pretendido pelo paciente	363
15.3. Responsabilização do cirurgião, salvo culpa do paciente ou a intervenção de fator imprevisível	363
15.4. Cirurgia estética. Negligência no pós-operatório	363
15.5. Cirurgia plástica. Obrigação de resultado. Inadmissibilidade	363
15.6. Defeitos da cirurgia. Indenização por danos morais e estéticos devida.....	363
16. Nascituro e lesões sofridas durante o trabalho de parto – Jurisprudência.....	364
16.1. Danos morais. Retardamento do parto	364

16.2. Lesões ao nascituro. Culpa do médico não comprovada.....	364
16.3. Danos físicos irreversíveis, causados durante o trabalho de parto	364
17. Plano de saúde – Jurisprudência.....	364
17.1. Internação em hospital não conveniado, por falta de vaga.....	364
17.2. Internação em UTI. Cláusula limitativa de período.....	364
17.3. Falta de clareza na redação de cláusula contratual. Nulidade de pleno direito.....	365
17.4. Convênio de assistência médico-hospitalar. Contrato de adesão. Interpretação contra o estipulante.....	365
17.5. Convênio médico. AIDS. Exclusão. Inadmissibilidade.....	365
17.6. Cirurgia plástica. Exclusão de cobertura	365
17.7. Recusa de atendimento a grávida, com quadro abortivo, em razão de prazo de carência.....	365
17.8. Indenização devida a mulher que teve os seios retirados por erro médico	365
18. Prescrição. Prazo – Jurisprudência	366
19. Cirurgião-dentista: casuística.....	366
19.1. Tratamento odontológico. Obrigação de resultado. Imperícia	366
19.2. Responsabilidade civil odontológica. Nexo causal. Inexistência.....	367
19.3. Inversão do ônus da prova	367
20. Médico veterinário: casuística	367
20.1. Animal submetido a cesariana.....	367
20.2. Morte de cavalo de raça.....	367
20.3. Morte de animal. Culpa configurada	367

Seção IV

Responsabilidade civil dos advogados

1. Responsabilidade contratual. Obrigação de meio.....	368
2. Responsabilidade pela perda de uma chance.....	371
3. Inviolabilidade profissional – Jurisprudência	374
4. Desídia do advogado, deixando prescrever a pretensão do cliente – Jurisprudência.....	374
5. Atuação ineficiente – Jurisprudência.....	375
6. Perda de prazo – Jurisprudência	375

Seção V

Responsabilidade civil do fornecedor no Código de Defesa do Consumidor

1. Aspectos gerais da responsabilidade civil no Código de Defesa do Consumidor.....	376
---	-----

2. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço.....	379
3. A responsabilidade por vício do produto e do serviço	379
4. As excludentes da responsabilidade civil	382
5. Defeito em mercadoria ou na prestação de serviços.....	384
5.1. Vacina contra febre aftosa. Morte dos animais.....	384
5.2. Bombom com larvas de inseto ingerido por consumidor	385
5.3. Consumidor que ingere refrigerante com corpo estranho	385
5.4. Incêndio provocado por defeito de aparelho instalado pelo réu	385
5.5. Banco. Devolução irregular de cheques por insuficiência de fundos	385
5.6. Colocação em risco da saúde do consumidor.....	385
5.7. Produto para tingir cabelos. Provação de queda.....	385
6. Deficiência de informação	386
7. Defeito em veículo.....	386
7.1. Veículo novo com defeito de fábrica	386
7.2. Veículo importado com defeito de fabricação	387
7.3. Falta de peças de reposição	387
8. Propaganda enganosa.....	387
8.1. Responsabilidade do anunciante e do fabricante.....	387
8.2. Oferta de veículo em estado de novo que, porém, apresenta defeitos graves.....	387
8.3. Promoção para distribuição de prêmios a título de publicidade. Omissão de informação.....	387
8.4. Concurso de prognóstico. Inexistência de ofensa ao CDC.....	388
9. Água – Corte no fornecimento	388
10. Energia elétrica	388
10.1. Irregular interrupção do fornecimento do serviço	388
10.2. Corte de energia elétrica	388
11. Acidente de consumo.....	388
11.1. Danos provocados por acidentes em supermercado e <i>shopping center</i>	388
11.2. Danos causados por brinquedo de parque de diversões.....	389
11.3. Acidente com criança ocorrido em brinquedo infantil localizado em estabelecimento comercial.....	389
11.4. Explosão de botijão de gás	389
11.5. Tiroteio entre seguranças de loja e assaltantes	390
11.6. Cliente de hipermercado, vítima de latrocínio	390
11.7. Abertura de lata do tipo “abre fácil”. Ferimento na mão esquerda da consumidora	390
12. Ônus da prova – Inversão.....	390
12.1. Condição de hipossuficiência técnica, e não econômica.....	390

12.2. Inversão do ônus da prova. Faculdade concedida ao juiz.....	390
13. Rescisão de compromisso de compra e venda.....	391
13.1. Cláusula penal que prevê o decaimento das importâncias pagas pelo compromissário-comprador.....	391
13.2. Perda das prestações pagas. Inadmissibilidade.....	391
14. Negativação do nome em banco de dados.....	391
14.1. Inadmissibilidade se o débito está sendo questionado em juízo.....	391
14.2. Dano moral. Fixação exagerada do valor da causa.....	391
15. Linha telefônica. Desligamento indevido.....	391
16. Responsabilização de jornal por prejuízo do leitor. Inadmissibilidade.....	392
17. Cobrança abusiva de dívida no local de trabalho. Dano moral.....	392

Seção VI

A responsabilidade dos empreiteiros e construtores

1. Contrato de construção.....	393
2. Construção por empreitada.....	393
3. Construção por administração.....	395
4. A responsabilidade do construtor.....	395
5. Responsabilidade pela perfeição da obra.....	396
6. Responsabilidade pela solidez e segurança da obra.....	397
7. Responsabilidade pelos vícios redibitórios.....	398
8. Responsabilidade por danos a vizinhos e a terceiros.....	399
9. O contrato de construção como relação de consumo (Código de Defesa do Consumidor).....	401
10. Danos a prédio vizinho.....	402
10.1. Danos provocados por circunstância imponderável e imprevisível.....	402
10.2. Danos decorrentes de inobservância de normas de segurança.....	402
10.3. Desabamento de edifício em construção.....	402
10.4. Responsabilidade solidária do proprietário e do construtor.....	402
10.5. Rachaduras. Nexo causal não comprovado.....	403
11. Desabamento de edifício recém-construído.....	403
12. Defeitos de solidez e segurança da obra.....	403
12.1. Comprometimento das condições elementares de habitabilidade.....	403
12.2. Infiltração de águas. Responsabilidade do construtor.....	403
12.3. Vícios que afetam a solidez do edifício, a segurança e a saúde de seus moradores.....	403
13. Responsabilidade solidária do construtor e do incorporador.....	404
14. Responsabilidade perante os adquirentes de unidades autônomas.....	404

14.1. Danos advindos de construção. Responsabilidade dos alienantes perante os adquirentes	404
14.2. Responsabilidade do incorporador e construtor perante, também, os adquirentes das unidades	404
15. Responsabilidade do engenheiro civil	405
15.1. Dever de acompanhar a execução da obra.....	405
15.2. Responsabilidade do engenheiro civil, projetista e fiscal da obra.....	405
15.3. Engenheiro civil. Dever de examinar os materiais empregados	405

Seção VII

A responsabilidade dos depositários e encarregados da guarda e vigilância de veículos (estacionamentos, supermercados, restaurantes, "shopping centers" etc.)

1. Contrato de depósito, de guarda e análogos	405
2. A responsabilidade dos donos de estacionamentos	406
3. A responsabilidade dos proprietários de postos de combustíveis.....	409
4. A responsabilidade dos donos de oficinas mecânicas	410
5. A responsabilidade dos donos de restaurantes.....	411
6. A responsabilidade dos proprietários de hotéis	413
7. A responsabilidade das Escolas e Universidades	414
8. A responsabilidade dos donos de supermercados e <i>shopping centers</i>	415
9. A responsabilidade dos condomínios edifícios.....	422
10. Casos análogos.....	426
10.1. A responsabilidade dos hospitais.....	426
10.2. A responsabilidade dos clubes sociais.....	427
10.3. A responsabilidade dos empregadores	428

Seção VIII

A responsabilidade dos locadores

1. A responsabilidade civil na locação de coisa.....	429
2. Multa pelo atraso no pagamento de aluguéis e quotas condominiais. Inaplicabilidade do CDC	431
3. Direito de preferência	431
4. Ação movida contra os fiadores.....	431
5. Locador que entrega imóvel destinado a uso residencial sem condições de habitabilidade.....	431
6. Multa compensatória. Cobrança através de execução	432
7. Recusa do locador em receber de volta as chaves de imóvel locado.....	432
8. Multa legal. Inviabilidade da cobrança.....	432

9. Benfeitorias. Direito de retenção	432
10. Multa. Caráter indenizatório. Incidência a partir da citação.....	432
11. Incêndio. Dano no imóvel.....	432
12. Devolução do imóvel. Falta de pagamento dos tributos	433
13. Danos atribuídos ao locatário	433

Seção IX

Acidente de trabalho e responsabilidade civil

1. A responsabilidade civil decorrente de acidente de trabalho.....	433
2. Morte de empregado, vítima de assalto	438
3. Empregado vítima de acidente de veículo	439
4. Falta de fornecimento de segurança, fiscalização e equipamentos de proteção aos empregados	440
5. Ônus da prova	441
6. Culpa do empregador.....	442
7. Antecipação da tutela.....	442
8. Legitimidade passiva <i>ad causam</i>	442
9. Enfarte agudo do miocárdio.....	443
10. Competência para julgamento das ações de indenização	443
11. Responsabilidade do empregador nos casos de terceirização do serviço	444
12. <i>Motoboy</i> acidentado quando desempenhava atividade para a empresa. Responsabilidade objetiva desta	445
13. Empregado que se machucou quando praticava atividades esportivas pela empresa	446
14. Danos morais. Legitimidade ativa <i>ad causam</i>	446
15. Óbito do empregado. Disparos por arma de fogo efetuados por colega de trabalho	446

Seção X

A responsabilidade dos tabeliães

1. Responsabilidade civil dos tabeliães em face da Constituição Federal de 1988	447
2. Responsabilidade objetiva do Estado e subjetiva dos tabeliães	451

TÍTULO II

Da Culpa

CAPÍTULO I

Conceito

1. Elementos da culpa.....	453
----------------------------	-----

2. Graus de culpa	454
3. Culpa e risco	455

CAPÍTULO II

A Culpa no Cível e no Crime (Efeitos civis da sentença penal)

1. Unidade da jurisdição e interação entre as jurisdições civil e penal.....	458
2. A sentença condenatória proferida no crime	465
2.1. Fundamentos legais	465
2.2. Medidas processuais adequadas	467
2.3. Competência.....	469
2.4. Legitimidade ativa e passiva.....	470
3. A sentença absolutória proferida no crime	471
3.1. Insuficiência de provas para a condenação.....	472
3.2. Quando o fato não constitui crime.....	473
3.3. Ausência de culpa.....	474
3.4. Inexistência do fato ou exclusão da autoria.....	475
3.5. Estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de um direito.....	476
3.5.1. Exercício regular de direito	476
3.5.2. Estado de necessidade	476
3.5.3. Legítima defesa	478
4. Despacho de arquivamento do inquérito.....	479
5. Efeitos da coisa julgada civil na esfera criminal.....	480
6. Suspensão do curso da ação civil.....	481

TÍTULO III

Da Relação de Causalidade

1. O liame da causalidade	485
2. A pesquisa do nexu causal	486
3. A negação do liame da causalidade: as excludentes da responsabilidade	489

TÍTULO IV

Do Dano e sua Liquidação

CAPÍTULO I

Do Dano Indenizável

1. Conceito e requisitos do dano.....	491
2. Espécies de dano.....	494

2.1. Dano material e moral, direto e indireto (reflexo ou em ricochete)	494
2.2. Novos danos: pela perda de uma chance, danos morais coletivos e danos sociais	495
3. Pessoas obrigadas a reparar o dano	496
4. Pessoas que podem exigir a reparação do dano	498
4.1. Titulares da ação de ressarcimento do dano material	498
4.1.1. O lesado e os dependentes econômicos (cônjuge, descendentes, ascendentes, irmãos).....	498
4.1.2. A companheira	501
4.2. Titulares da ação de reparação do dano moral, por danos diretos e indiretos	502
4.2.1. Ofendido, cônjuge, companheiro, membros da família, noivos, sócios etc.	502
4.2.2. Incapazes (menores impúberes, amentais, nascituros, portadores de arteriosclerose etc.).....	504
4.2.3. A pessoa jurídica	507
5. Dano material e dano moral.....	507
5.1. Dano moral	507
5.1.1. Conceito	507
5.1.2. Bens lesados e configuração do dano moral	508
5.1.3. Características dos direitos da personalidade. A intransmissibilidade e imprescritibilidade	509
5.1.4. A prova do dano moral	511
5.1.5. Objeções à reparação do dano moral.....	512
5.1.6. Evolução da reparabilidade do dano moral em caso de morte de filho menor	513
5.1.7. A reparação do dano moral e a Constituição Federal de 1988.....	516
5.1.8. Cumulação da reparação do dano moral com o dano material	518
5.1.9. Natureza jurídica da reparação.....	521
5.1.10. A quantificação do dano moral	522
5.1.10.1. Tarifação e arbitramento	522
5.1.10.2. Critérios para o arbitramento da reparação	523
5.1.11. Valor da causa na ação de reparação de dano moral	532
5.1.12. Sucumbência parcial do autor	534
5.1.13. Antecipação da tutela nas ações de reparação de dano moral.....	534
5.1.14. Súmulas do Superior Tribunal de Justiça relativas ao dano moral....	537
6. Casos especiais de dano moral – Doutrina e Jurisprudência	538
6.1. Abandono afetivo – Dano moral.....	538
6.2. Abordagem de cliente suspeito de furto em estabelecimento comercial....	538

6.3. Acidente do trabalho e responsabilidade civil.....	540
6.4. Advogados – Responsabilidade civil.....	540
6.5. Adultério e separação judicial.....	540
6.6. Agências de viagens e turismo.....	541
6.7. Agressões verbais – Dano moral.....	542
6.8. Apreensão indevida de veículo – Dano moral.....	543
6.9. Apuração de falta funcional – Inocorrência de dano moral.....	543
6.10. AIDS e responsabilidade civil.....	543
6.11. Assédio moral.....	543
6.12. Assédio sexual e dano moral.....	545
6.13. Ato de terceiro – Responsabilidade dos pais, tutores, curadores, patrões, educadores, donos de hotéis, pessoas jurídicas de direito público.....	546
6.14. Bagagem – Extravio em transporte rodoviário e aéreo.....	546
6.15. Bancos – Responsabilidade civil – Dano moral.....	547
6.16. Banheiro – Limitação ao uso – Indenização por danos morais.....	551
6.17. Banho de espuma em danceteria.....	552
6.18. Cadastro de inadimplentes (SPC, SERASA etc.) – Inclusão do nome do devedor.....	552
6.19. Calúnia, difamação e injúria.....	556
6.20. Carro – Demora no conserto.....	556
6.21. Cheque – Devolução indevida – Dano moral.....	557
6.22. Cheque pré-datado – Apresentação antes da data convencionada.....	557
6.23. Cheque – Não aceitação por estabelecimento comercial.....	559
6.24. Cigarros – Ação movida por consumidor contra fabricante.....	560
6.25. Cobrança abusiva de dívida no local de trabalho.....	560
6.26. Condomínio – Responsabilidade civil.....	561
6.27. Cônjuges – Responsabilidade civil.....	561
6.28. Código de Defesa do Consumidor – Responsabilidade civil.....	561
6.29. Contrato – Inadimplemento – Dano moral.....	561
6.30. Corpo estranho em refrigerantes e alimentos.....	561
6.31. Culpa contratual e dano moral.....	562
6.32. Cumulação do dano moral com o dano estético.....	565
6.33. Curso – Duração maior que o anunciado.....	565
6.34. Dano ambiental – Reparação.....	565
6.35. Dano atômico – Responsabilidade civil.....	565
6.36. Dano estético – Cumulação das indenizações de dano estético e dano moral.....	566
6.37. Dano moral coletivo.....	566
6.38. Dano material.....	566

6.39. Direito autoral – Violação.....	567
6.40. Direito do trabalho – Dano moral.....	567
6.41. Empreiteiros e construtores – Responsabilidade civil.....	570
6.42. Energia elétrica – Corte indevido – Dano moral	570
6.43. Falência – Responsabilidade do requerente pelo pedido denegado.....	571
6.44. Fato da coisa e do animal – Responsabilidade	571
6.45. Falta de afeto, abandono e rejeição dos filhos – Dano moral.....	571
6.46. Festa de casamento frustrada.....	575
6.47. Fotos – Atraso na entrega – Indenização devida.....	575
6.48. Gravidez – Interrupção provocada por acidente.....	576
6.49. Imagem (própria) – Violação do direito	576
6.50. Intimidade (direito) – Reparação da ofensa.....	576
6.51. Investigação de paternidade e dano moral.....	577
6.52. Irmãos da vítima – Legitimidade e interesse em pleitear reparação por dano moral.....	577
6.53. Lesão corporal – Indenização.....	578
6.54. Liberdade pessoal – Responsabilidade no caso de ofensa	578
6.55. Linha telefônica – Bloqueio	578
6.56. Locação da coisa – Responsabilidade civil	579
6.57. Médicos, hospitais, cirurgões plásticos e cirurgões-dentistas – Responsabilidade.....	579
6.58. Morte de pessoa da família (genitor, descendente, ascendente, cônjuge, companheiro).....	579
6.59. Multa de trânsito – Cobrança indevida.....	579
6.60. Noiva – Legitimidade para ajuizar ação indenizatória por dano moral.....	579
6.61. Noivado – Rompimento.....	580
6.62. <i>Overbooking</i> em viagem aérea.....	580
6.63. Plano de saúde – Recusa injusta de cobertura – Dano moral	580
6.64. Preconceito racial e dano moral	581
6.65. Reconvenção, sob a alegação de tratar-se de ação temerária.....	582
6.66. Registro de criança fruto de adultério.....	583
6.67. Registro de trabalhador – Ausência – Dano moral.....	583
6.68. Remoção de restos mortais sem o consentimento da família.....	583
6.69. Revista abusiva em empregado – Dano moral.....	584
6.70. Salário mínimo – Fixação do dano moral a ele vinculada.....	585
6.71. Supermercado – Extravio de bolsa depositada na recepção	585
6.72. Tabeliães – Responsabilidade civil.....	586
6.73. Telefone residencial – Veiculação para serviços de massagens e outros	586
6.74. Televisão – Programas – Dano moral.....	586

6.75. Transporte de pessoas e de coisas, transporte gratuito, extravio de bagagens etc. – Responsabilidade civil	587
6.76. Troca de bebês em maternidade	587
6.77. Usurpação ou esbulho – Responsabilidade civil	587

CAPÍTULO II

Da Liquidação do Dano

Seção I

Princípios gerais

1. O dano moral	588
2. O dano material. Perdas e danos: o dano emergente e o lucro cessante	588
2.1. Necessidade de demonstração plena da existência dos lucros cessantes, que não se presumem.....	590
2.2. Vítima que permaneceu durante certo tempo com incapacidade absoluta	591
2.3. Pedido em valor certo e determinado – Simples estimativa	591
2.4. Veículo furtado – Apreensão – Despesas úteis ou necessárias realizadas no veículo	591
2.5. Aeronave fora de uso havia quatro anos – Lucros cessantes indevidos.....	591
2.6. Lucros cessantes – Excessiva demora do autor em mandar consertar o veículo	591
2.7. Substituição do ônibus danificado por outro de reserva	591
2.8. Verba relativa a aluguel de carro durante o período de reparação do veículo danificado.....	592
2.9. Táxi danificado – Lucros cessantes	592
3. A situação econômica do ofensor e a equidade	592
4. A influência de outros elementos	594
4.1. Cumulação da pensão indenizatória com a de natureza previdenciária	594
4.2. Dedução do seguro obrigatório.....	595
5. Alteração da situação e dos valores	596
5.1. A correção monetária	596
5.1.1. Correção monetária – Ato ilícito – Incidência sobre a condenação a partir do laudo	599
5.1.2. Retenção de quantia em dinheiro – Restituição sem acréscimos – Inadmissibilidade	599
5.1.3. Correção monetária – Ato ilícito – Fluência a partir do evento danoso, e não apenas do ajuizamento da ação	599
5.1.4. Acidente de trânsito – Correção monetária – Incidência desde o prejuízo, ou seja, desde o desembolso.....	600

5.1.5. Correção monetária – Acidente de trânsito – Incidência desde o orçamento.....	600
5.2. A garantia do pagamento futuro das prestações mensais	601
5.2.1. Indenização – Pensão – Inclusão do autor na folha de pagamento da ré.....	602
5.2.2. Ato ilícito – Prestação de alimentos – Necessidade de constituição de garantia pelo devedor.....	602
5.2.3. Indenização – Constituição de capital para assegurar o adimplemento da verba	602
5.3. Prisão civil do devedor – Natureza da obrigação alimentar	603
5.4. Atualização e revisão das pensões.....	603
5.5. A incidência dos juros – Juros simples e compostos.....	607
5.6. O cálculo da verba honorária.....	608

Seção II

*A liquidação do dano em face do direito positivo,
da doutrina e da jurisprudência*

1. A indenização em caso de homicídio	610
1.1. Morte de filho	612
1.1.1. Pensão – Morte de filho menor que não exercia atividade remunerada	617
1.1.2. Acidente fatal – Indenização requerida pelos pais – Termo final	617
1.1.3. Morte de criança – Sobrevida da vítima como termo final da pensão.....	618
1.1.4. Verba pleiteada pelos pais do <i>de cujus</i> , solteiro e maior.....	619
1.1.5. Filho menor, vítima fatal, desempregado à época do fato – Irrelevância.....	620
1.1.6. Morte de filho menor – Pensão devida desde a data do evento	620
1.1.7. Morte de filho menor que vivia com a mãe divorciada, não prestando qualquer auxílio material ao pai	620
1.2. Morte de chefe de família.....	620
1.2.1. Pensão por morte – Beneficiária que contraiu núpcias – Hipótese em que deixa de ser pensionada	624
1.2.2. Pensão devida a filho menor – Direito de crescer	624
1.2.3. Ato ilícito – Pensão devida a partir do evento e até o momento em que a vítima atingiria a idade de 70 anos	624
1.3. Morte de esposa.....	624
1.4. Cálculo da indenização.....	626
1.4.1. Indenização – Pensão por morte de chefe de família – Fixação	628

1.4.2.	Pensão – Direito à indenização não afastado pelo benefício previdenciário.....	628
1.4.3.	Morte da esposa – Dano moral e material.....	628
1.4.4.	Vítima trabalhador autônomo – Não inclusão, no cálculo da pensão, do 13º salário.....	629
1.4.5.	Pensão – Vítima aposentada.....	629
1.4.6.	Ação de indenização – Jazigo perpétuo.....	629
1.4.7.	Pensão mensal aos pais da vítima – Critério para sua fixação e tempo de duração.....	629
1.4.8.	Pensão – Ação proposta por filha casada.....	629
1.4.9.	Pensão – Casamento da filha da vítima.....	629
2.	A indenização em caso de lesão corporal.....	630
2.1.	Lesão corporal de natureza leve.....	630
2.2.	Lesão corporal de natureza grave. O dano estético.....	630
2.3.	Inabilitação para o trabalho.....	634
2.3.1.	A indenização devida.....	634
2.3.1.1.	Vítima que não apresenta condições físicas para o exercício de qualquer trabalho.....	637
2.3.1.2.	Inexistência de incapacitação para o trabalho em face da intervenção cirúrgica – Verba indevida.....	637
2.3.1.3.	Pensionamento – Incapacidade absoluta.....	638
2.3.1.4.	Indenização – Incapacidade parcial e permanente.....	638
2.3.2.	A situação dos aposentados e idosos que não exercem atividade laborativa.....	638
2.3.3.	A duração da pensão e sua não cumulação com os benefícios previdenciários.....	639
2.3.4.	O pagamento de pensão a menores que ainda não exercem atividade laborativa.....	640
3.	Responsabilidade no caso de ofensa à liberdade pessoal.....	641
4.	Responsabilidade em caso de usurpação ou esbulho.....	643

| Livro III

Os Meios de Defesa ou as Excludentes da Responsabilidade Civil |

1.	O estado de necessidade.....	646
1.1.	Motorista – Manobra para evitar abalroamento de outro veículo – Dano a terceiro – Estado de necessidade que não o isenta da obrigação de indenizar.....	648

1.2. Estado de necessidade – Reconhecimento no processo-crime – Fato que não isenta da sua reparação o causador do dano.....	649
1.3. Veículo oficial – Ação regressiva contra preposto, que agiu em estado de necessidade – Desacolhimento	649
2. A legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal.....	649
2.1. Ação indenizatória – Ato praticado em legítima defesa putativa – Irrelevância – Verba devida	651
2.2. Responsabilidade civil – Legítima defesa – <i>Aberratio ictus</i>	652
2.3. Ato praticado em legítima defesa real	652
2.4. Alegação de legítima defesa – Suspensão da ação civil	652
2.5. Ato praticado no estrito cumprimento do dever legal.....	652
3. A culpa exclusiva da vítima.....	653
3.1. Indenização – Morte da vítima – “Surfista” – Verba indevida	655
3.2. Vítima embriagada cambaleando em pista de rodovia durante a noite	655
3.3. Morte causada por cerca eletrificada	655
3.4. Culpa concorrente.....	655
3.5. Culpa exclusiva da vítima.....	656
4. O fato de terceiro	656
4.1. O causador direto do dano e o ato de terceiro	656
4.2. O fato de terceiro e a responsabilidade contratual do transportador	657
4.3. O fato de terceiro em casos de responsabilidade aquiliana	658
4.4. A denúncia da lide e o fato de terceiro.....	660
4.5. Ato de preposto – Arguição de fato de terceiro – Responsabilidade reconhecida – Direito de regresso assegurado contra o terceiro culpado pelo sinistro	663
4.6. Acidente sofrido por passageiro – Causa estranha ao transporte	663
4.7. Terceiro, único culpado pelo acidente de veículos	664
4.8. Engavetamento de veículos – Indenizatória movida contra o primeiro a colidir – Admissibilidade.....	664
4.9. Causador direto do dano que foi mero instrumento da ação de terceiro — Fato equiparado ao caso fortuito	665
4.10. Denúncia da lide – Pretensão do denunciante de afastar sua responsabilidade.....	665
4.11. Acidente de trânsito – Solidariedade passiva reconhecida.....	666
4.12. Passageiro atingido por pedrada no interior de trem – Frequência do incidente que exclui a existência de caso fortuito	666
4.13. Tumulto no interior de vagão de trem	666
4.14. Colisão de ônibus – Passageiro que prefere demandar o proprietário do outro veículo – Legitimidade.....	666

5. Caso fortuito e força maior	667
5.1. Queda de árvore – Vendaval – Caso fortuito ou força maior.....	671
5.2. Alegação de defeitos mecânicos no veículo – Irrelevância – Indenização devida.....	671
5.3. Furto de carga transportada – Caso fortuito ou força maior não caracterizados.....	672
5.4. Roubo de veículo de estacionamento	672
5.5. Roubo da carga durante o trajeto do veículo – Força maior.....	672
6. Cláusula de irresponsabilidade ou de não indenizar.....	672
6.1. Restaurante – Chaves do veículo entregues a manobrista – <i>Ticket</i> com menção a cláusula de não indenizar – Ineficácia.....	676
6.2. Hotel – Furto em apartamento de hóspede – Ineficácia de aviso afixado nos quartos	676
6.3. Turismo – Excursão em grupo – Desvio de malas – Cláusula de não indenizar	677
6.4. Transporte marítimo – Mercadoria extraviada – Cláusula limitativa da indenização	677
7. A prescrição.....	678
7.1. Prescrição – Responsabilidade civil do Estado – Vítima contaminada pelo vírus HIV	682
7.2. Prescrição – Interrupção – Citação havida em ação idêntica anterior, julgada extinta sem conhecimento do mérito	683
7.3. Prescrição – Prazo que somente começaria a fluir após a consolidação das lesões e estabelecida a incapacidade definitiva.....	683
7.4. Acidente aeronáutico – Decadência – Prazo de dois anos	683
7.5. Responsabilidade civil <i>ex delicto</i> – Prescrição – Fluência a partir da data do trânsito em julgado da decisão condenatória no juízo criminal	683
7.6. Ressarcimento ao erário público – Imprescritibilidade	684
7.7. Indenização por morte – Fluência do prazo prescricional a contar do óbito e não do acidente que o causou	684
7.8. Erro médico – Hospital público – Prescrição quinquenal	684

| Livro IV

Responsabilidade Civil Automobilística |

TÍTULO I

Introdução

1. Novos rumos da responsabilidade civil automobilística.....	685
---	-----

2. Da culpa ao risco	686
3. O Código de Trânsito Brasileiro	689

TÍTULO II

Aspectos da Responsabilidade Civil Automobilística (em ordem alfabética)

1. Abalroamento	692
2. Ação de reparação de danos	692
2.1. A propositura da ação	692
2.2. Apuração dos danos em execução de sentença.....	692
2.3. Coisa julgada	693
2.4. Foro competente	694
2.5. O procedimento sumário	695
2.6. O procedimento sumário e a intervenção de terceiros.....	697
3. Alienação de veículo.....	698
4. Alienação fiduciária.....	698
5. Ambulâncias, veículos do Corpo de Bombeiros e viaturas policiais – Prio- ridade de passagem	699
6. Animal na pista	701
7. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	701
8. Atropelamento	701
9. Autoescolas e a responsabilidade pelos danos.....	704
10. Auxílio previdenciário	705
11. Benefício previdenciário.....	705
12. Boletim de ocorrência.....	706
13. Caso fortuito e força maior	708
14. Certificado de propriedade.....	708
15. Cessão gratuita de veículo	709
16. Colisão	709
16.1. Colisão com veículo estacionado irregularmente	709
16.2. Colisão com veículo estacionado regularmente	710
16.3. Colisão em cruzamento não sinalizado	711
16.4. Colisão em cruzamento sinalizado	713
16.5. Colisão e preferência de fato	716
16.6. Colisão e sinal (semáforo) amarelo	718
16.7. Colisão múltipla (engavetamento).....	719
16.8. Colisão na traseira	721

17. Comodato.....	724
18. Competência	724
19. Compra e venda com reserva de domínio.....	725
20. Compra e venda mediante contrato de alienação fiduciária	725
21. Concubina	725
22. Condenação criminal	725
23. Contramão de direção.....	725
24. Conversão à esquerda e à direita.....	728
25. Correção monetária.....	731
26. Cruzamento.....	731
27. Culpa.....	731
27.1. Culpa contra a legalidade	731
27.2. Culpa presumida do causador do dano (presunção em favor da vítima).....	733
28. Cumulação de benefícios	736
29. Dano.....	736
29.1. Apuração em execução de sentença	736
29.2. Comprovação do dano	736
29.3. Dano estético	741
29.4. Dano físico ou pessoal.....	741
29.5. Dano patrimonial e dano moral	741
30. Defeito mecânico	741
31. Defeito na pista.....	741
32. Denúnciação da lide.....	744
33. DER (Departamento de Estradas de Rodagem).....	745
33.1. Responsabilidade por acidente ocasionado na estrada por animais	745
33.2. Responsabilidade por acidentes decorrentes de defeitos na pista e de falta ou deficiência de sinalização.....	747
34. Derrapagem.....	748
35. Dersa.....	750
36. Despesas com funeral e sepultura.....	750
37. Desvalorização do veículo	751
38. Direito de crescer	751
39. Direito de preferência	752
40. Dívida de valor.....	752
41. Dono do veículo.....	752
42. Eixo médio.....	753
43. Embriaguez.....	753
44. Engavetamento.....	756

45. Estacionamento irregular	756
46. Estacionamento regular.....	756
47. Estado de necessidade.....	756
48. Faixa de pedestres	756
49. Falha mecânica	758
50. Falta de habilitação legal	758
51. Força maior	759
52. Freios (defeito).....	759
53. Frenagem repentina	759
54. Guarda da coisa.....	759
55. Guincho.....	759
56. Honorários advocatícios	760
57. Ilegitimidade (e legitimidade) ativa <i>ad causam</i>	760
58. Ilegitimidade (e legitimidade) passiva <i>ad causam</i>	761
59. Imperícia	765
60. Imprudência	766
61. Indenização	768
62. Juros.....	768
63. <i>Leasing</i>	768
64. Legitimidade <i>ad causam</i> ativa e passiva.....	768
65. Lucros cessantes	768
66. Mal súbito	768
67. Marcha a ré	768
68. Menor.....	770
69. Motocicleta	770
70. Neblina.....	772
71. Obras na via pública	772
72. Obstáculo na via pública.....	772
73. Oficina mecânica	773
74. Ofuscamento.....	773
75. Ondulações transversais em vias públicas (“tartarugas”).....	774
76. Ônus da prova	775
77. Orçamento.....	778
78. Partida de veículo estacionado junto à calçada.....	778
79. Pensão.....	778
80. Placa “PARE”	778
81. Pneu	778
82. Porta.....	778

83. Preferência de fato	779
84. Preferência de passagem.....	779
85. Prescrição.....	779
86. Propriedade do veículo	779
87. Prova	783
87.1. Considerações gerais	783
87.2. Espécies e valor das provas (testemunhal, documental e pericial).....	785
88. Quitação.....	788
89. Registro da venda do veículo no Cartório de Títulos e Documentos.....	790
90. Responsabilidade civil	790
91. Seguro facultativo de veículos	790
92. Seguro obrigatório	794
93. Semáforo com defeito.....	799
94. Sinal (semáforo) amarelo e vermelho.....	800
95. Sinalização (inexistência)	800
96. Solidariedade	800
97. Sucata.....	801
98. Testemunha	801
99. Tradição	801
100. Transcrição (no Cartório de Títulos e Documentos) da venda do veículo.....	801
101. Transporte de passageiros.....	801
102. Transporte gratuito.....	802
103. Trator	802
104. Ultrapassagem	803
105. Velocidade excessiva	805
106. Venda de veículo.....	805
107. Verba honorária.....	805
108. Via preferencial.....	805
109. Vítima	805
<i>Bibliografia</i>	807